



Anais da Assembléia

N.º 32

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1984.

(Quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfredino, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a Proposição n.º 96/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º 91/84, que encaminha cópia de Convênio entre o Estado, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando a execução e implantação de projetos, obras e serviços de pavimentação populacionais de baixa renda.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 86/83, que estabelece código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão plenária, do Projeto de Lei n.º 61/84, o qual já obteve pareceres favoráveis das Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984

(a) ANÍBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO, com base no Regimento Interno preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 78/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 01/84 e 99/84, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Resolução n.º 99/84, sustando-se em consequência o Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(aa) ROBERTO REQUIÃO e

ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em Ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, hoje, em Curitiba, aos 74 anos de idade, do Monsenhor MIGUEL MICKOSZ.

O extinto foi um dos fundadores do Município de Quitandinha, a 13 de junho de 1961, onde foi Pároco por mais de vinte e seis anos. O Monsenhor Miguel Mickosz era natural de Curitiba, deixa quatro irmãos, e uma grande lacuna dentro da comunidade religiosa local.

REQUEIRO ainda, seja cientificada da decisão desta Casa a família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DIOMAR DAVID DALLEDONE JÚNIOR, ocorrido no dia 30/04/84 p.p.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto

de congratulações à "Folha de Londrina", pelo lançamento da campanha visando a recuperação econômica e social do Norte do Paraná, através da volta do café e das lavouras de subsistência.

O jornal "Folha de Londrina", vem dando destaque significativo à volta da cultura das lavouras que sempre foram a fonte de riqueza da região, não medindo esforços para sempre que possível informar a população e incentivar a produção de nosso Estado.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao referido jornal.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, REQUER, na forma do Regimento deste Poder:

a) a remessa imediata a esta Assembléia, pelo Governador do Estado, de toda documentação sobre empréstimos internacionais, já contratados, em andamento ou paralisados depois de iniciadas as negociações, inclusive, das correspondências preliminares firmadas por representantes do Governo do Paraná, por agentes financeiros internacionais e por corretores intermediários;

b) a participação da Assembléia Legislativa, através da presença de um Deputado do PDS e outro do PMDB na Comissão de Alto Nível designada para apurar os fatos que são objetos de tanta preocupação para o Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é formulado:

Considerando que o Poder Legislativo é o conduto legal e eficiente para, no pleno exercício do seu papel de colegiado, exercer a correta fiscalização — com o equilíbrio, exação e distanciamento crítico que o momento exige e que qualquer comissão de alto nível para apurar a questão dos empréstimos internacionais significará usurpação de atribuições desta Assembléia Legislativa;

Considerando, conforme os termos da nota oficial expedida na data de 02 de maio corrente, pelo Sr. Governador do Estado, que é ético e democrático entregar-se ao Poder Legislativo a apuração de irregularidades da administração estadual;

Considerando o pedido de informações apresentado por este Deputado, no dia 17 de abril passado, e aprovado por esta Assembléia, versando sobre a mesma matéria;

Considerando a necessidade de amplo esclarecimento aos paranaenses sobre as operações financeiras já contratadas, em andamento — ou paralisadas depois de iniciadas as negociações — durante o atual governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Sra. Ester Ferraz Figueiredo, DD. Ministra da Educação, para que Sua Excelência se digne determinar ao órgão competente daquela Pasta que estude a possibilidade de ser autorizada a criação de uma Faculdade de Direito, no Município de Cascavel, neste Estado.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,

o envio de ofício ao Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado — IPE, através da Secretaria da Administração, solicitando que seja criada uma Coordenadoria Regional daquele Instituto, na cidade de Irati - PR.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Toda iniciativa que se toma no serviço público, com vistas a diminuir o trânsito de papel e cortar o elo de "despachos" e mais "despachos", que acontecem atualmente em qualquer processo burocrático, a tal ponto que, quando chega ao setor competente para o "despacho" final, não há mais espaço no documento para se apor carimbo, o que deve ser encarado com muita seriedade.

Uma Coordenadoria Regional do IPE centralizada no Município de Irati, sem dúvida alguma, traria enormes benefícios aos segurados, haja vista que haveria descentralização de ordem administrativa e, o que é mais importante, os processos burocráticos ganhariam maior velocidade em suas decisões, agrupando, em consequência, um determinado número de municípios onde se mantém agências do Instituto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. Gilberto Garbi, DD. Presidente da TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando providências para a instalação, com a máxima brevidade possível, de um posto de Serviços no Distrito da Sede União, no Município de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Distando aproximadamente 50 km da sede do município, o Distrito de Sede União ressen-te-se fortemente da falta de comunicações telefônicas, não só com Santo Antônio do Sudoeste, mas também com outras localidades, inclusive com a Capital, para a solução de problemas mais urgentes. Assim, a população do Distrito, através do Parlamentar que o representa, faz um apelo à TELEPAR, para que instale, com a máxima brevidade, um Posto de Serviços na localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando sejam tomadas providências urgentes para a construção de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do Município de Nova Prata do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente criado, o Município de Nova Prata do Iguaçu conta atualmente com a Delegacia de Polícia instalada em uma casa da municipalidade, em precárias condições, que não oferece a mínima segurança nas suas pequenas celas de madeira.

A construção de um prédio para abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do Município é uma reivindicação da comunidade, considerada prioridade absoluta, vez que diz respeito à segurança e tranquilidade dos munícipes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Instituto de Previdência do Estado — IPE, para que seja estudada a possibilidade de estender os benefícios daquele instituto aos celetistas do Estado, através de convênios com o INAMPS e INPS.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

É sabido que o INAMPS e o INPS, dois “monstros” interligados da administração federal não andam bem financeiramente há muito tempo.

Em razão disso, seus beneficiários são mal atendidos, tanto na área de assistência médico/odontológica, bem como em outros setores da Previdência.

Encontrar um caminho que possibilite melhor atendimento aos celetistas, é medida mais do que justa, além do aspecto humano que envolve a questão.

O IPE é o órgão que pode e deve se interessar por tão importante e angustiante problema no âmbito do Estado.

Gestões junto ao Ministério da Previdência Social, por certo poderiam ser coroadas de êxito, notadamente quando se sabe da existência de convênio entre entidades de previdência social fechada e aquele Ministério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Nilton Miguel Friedrich, DD. Secretário de Estado do Interior, encarecendo-lhes providências junto à SANEPAR, no sentido de que seja instalada, com a máxima brevidade, rede de distribuição de água nos Distritos de Pinhal de São Bento e Sede União, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência do presente pedido à Câmara Municipal do referido município.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os Distritos de Sede União e Pinhal de São Bento, pertencentes ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, contam com expressivo contingente populacional, que se ressentem com os problemas da falta desse precioso e necessário líquido, vez que nessa região o lençol d'água é muito profundo. Assim, é premente que a SANEPAR tome urgentes providências nesse sentido, a fim de que o desenvolvimento desses distritos não fique prejudicado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Diretor-Superintendente do PROMOPAR — Fundação de Programação Social do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo, após a realização de estudos devidos, apoio financeiro para a aquisição de camas para o Albergue Noturno localizado no Município de Terra Boa.

O Albergue Noturno de Terra Boa tem catacterizado o seu funcionamento com inúmeras dificuldades, ante a ausência muito grande de apoio que possibilite um atendimento condizente para com os necessitados em número cada vez crescente.

São diversas as reivindicações feitas por aquela instituição no que diz respeito a pedido de recursos de ordem financeira, que no entanto, não encontram tais solicitações e respaldo necessários por parte dos órgãos públicos.

Em face daquela realidade, faz-se necessário que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, juntamente com a PROMOPAR, adote medidas que garantam o devido apoio financeiro ao Albergue Noturno de Terra Boa, quanto a aquisição de camas, cuja urgência se verifica em razão desta época do ano em que as temperaturas atingem índices bastante baixos.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a realização de estudos visando avaliar a possibilidade de se estadualizar a Escola Felipe Camarão, localizada no Município de Araruna.

Conforme correspondência recebida do Sr. Ednar Melo Cavalcante, que é Inspetor de Educação da Regional de Ensino sediada em Peabiru, constando também o apoio da Sra. Dirce Wan Der Broock, DD. Chefe do Sexto Núcleo Regional de Ensino com sede em Campo Mourão, o pedido de estadualização da Escola Felipe Camarão em Araruna, está fundamentada em várias aspectos, destacando-se os seguintes:

— A Escola Felipe Camarão está atualmente instalada nas dependências da Escola Municipal Presidente Castelo Branco que com algumas reformas e sua própria ampliação, com a construção de mais duas salas de aula, além da criação de um convênio com a Prefeitura Municipal de Araruna;

— Com tais ampliações, estaria eliminando o problema com referência aos alunos da oitava série, que atualmente assistem as aulas, ministradas no pavilhão da igreja existente no município.

Com a estadualização da referida escola, estará por certo assegurando o oferecimento de uma educação mais condizente com os reais propósitos daquela direção escolar, no âmbito do ensino de primeiro grau.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, solicitação oficial endereçada a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja avaliado, através de estudos devidos, a destinação de um aparelho telefônico para a Escola Salles de Oliveira — ensino de 1.º Grau, localizado no Distrito de Salles de Oliveira, pertencente ao Município de Campina da Lagoa.

De iniciativa do DD. Sr. João Antônio Micena Machado, o qual afirma, conforme correspondência, a real necessidade de se instalar um aparelho de telefonia naquele educandário, uma vez que tal benefício viria, por certo, possibilitar uma grande agilização dos trabalhos relacionados direta ou indiretamente naquela direção escolar. Ademais, o Distrito de Salles de Oliveira, fica um pouco distante da sede do município, mas sendo, no entanto, o maior problema, o próprio isolamento que ficam todos sem um meio de comunicação, também com referência aos contatos que se fazem necessários em relação à Secretaria de Estado, relacionados ao funcionamento da escola.

Neste sentido, trata-se de uma reivindicação das mais

importantes, e que merecerá sem dúvida alguma, uma avaliação por esta Pasta que venha de encontro não apenas à direção daquela instituição educacional, mas ao conjunto dos professores, funcionários e estudantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o estudo da viabilidade da criação e instalação de uma Delegacia Especializada – “DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER”, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos que a delinqüente feminina ao ser presa temporariamente é obrigada a ficar em promiscuidade.

A exemplo da Delegacia de Proteção ao Menor, essa especializada deverá tratar tão somente de assuntos relativos à mulher.

Para gerir o funcionamento dessa Delegacia, sugerimos:

1 – Direção e Guarda – ficará a cargo da eficiente Polícia Feminina;

2 – Serviço Social – ficará a cargo de sociólogas e psicólogas, no sentido de orientar, educar e tentar a reintegração da mulher à família e à sociedade;

3 – Serviços Especiais – propomos o funcionamento de uma creche em anexo, para que os filhos da detenta não fiquem abandonados, sendo que ali receberão alimentação e assistência médica enquanto durar a prisão.

Pelo alto alcance social da medida, e por ser ela humana e cristã, justifica-se o nosso pedido e esperamos encontrar o devido respaldo de nossas autoridades competentes

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a necessidade urgente de ser instalado um Módulo Policial na Praça Espanha, nesta Capital.

Tal solicitação se faz atendendo aos reclamos dos moradores daquela região, e virá beneficiar um setor de grande população da nossa Capital, num raio de ação que cobre vários hospitais e escolas ali localizados.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando que o Chefe do Executivo Estadual dê ciência a esta Casa dos nomes, cargos ou funções dos mais de mil servidores que foram punidos, em pouco mais de um ano, conforme consta da nota oficial divulgada ontem, sobre atos referentes a operações de crédito que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do Governo José Richa, bem como os motivos que determinaram as ditas punições e a data em que essas ocorreram.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

São graves as afirmações constantes da nota oficial assi-

nada pelo Governador José Richa, datada de 02 de maio do corrente ano. Segundo afirma a nota, mais de mil servidores ocupantes ou não de cargos de confiança, foram punidos em pouco mais de um ano.

Esse é um dado preocupante. Mais de mil servidores punidos por atos que se supõe serem lesivos à Administração Pública e esta Casa tem mais do que o direito, o dever de saber quais os atos lesivos praticados que determinaram a punição por quem o foram e em que condição funcional, bem como o tipo de punição aplicada em cada caso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, o seguinte pedido de informações:

I – quantas viaturas existiam na Secretaria de Segurança em 15 de março de 1983, e quantas existem atualmente;

II – quais as marcas e modelos das viaturas adquiridas pela Secretaria, após 15 de março de 1983;

III – quais as Delegacias que receberam viaturas novas citando os modelos, após 15 de março de 1983;

IV – quais as Delegacias que possuíam viaturas e respectivos modelos, em 15 de março de 1983;

V – quais os municípios que mantêm convênios com a Secretaria da Segurança, mencionando-se o valor destes convênios e os possíveis reajustes se houverem e as datas dos mesmos;

VI – se existem viaturas pertencentes à Secretaria da Segurança Pública à disposição de outros órgãos da administração pública, quer Estadual, Federal ou Municipal, ou vice-versa;

VII – quais as placas das viaturas pertencentes à Secretaria de Segurança Pública;

VIII – se a Secretaria da Segurança Pública possui a relação de “banqueiros” do “Jogo do Bicho” no Estado do Paraná e se os mesmos possuem e mantêm domicílio nos municípios ou fora destes onde se pratica o citado jogo;

IX – quais os inquéritos e processos existentes em andamento ou arquivados na Corregedoria da Polícia Civil sobre a contravenção do chamado “Jogo do Bicho”; e,

X – quais as medidas que a Secretaria da Segurança vem tomando com referência aos banqueiros de outros Estados, que segundo consta da imprensa de todo Estado, pretendem se estabelecer e agir no Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER da Comissão Executiva desta Assembléia, resposta aos seguintes quesitos:

1. Quantos veículos existem prestando serviços a este Poder?

2. Quantos destes veículos têm placas oficiais e quantos possuem placas “secretas” ou “placas frias”?

3. Quantos veículos foram reformados na oficina desta Casa e quem são seus proprietários?

4. A oficina da Assembléia atende também a serviços para terceiros ou serve para guarda de veículos ou barcos de propriedade de terceiros?

5. Em caso de resposta positiva ao quesito anterior, a quem pertencem os barcos ou veículos ali depositados? Nestes barcos ou veículos é efetuado algum reparo utilizando materiais pertencentes à oficina da Assembléia?

6. Quantos carros foram comprados a partir de março de 1983 e onde se encontram prestando serviços?

Solicita outrossim, seja encaminhado a este Deputado,

juntamente com a resposta aos quesitos, uma prestação minuciosa de contas especificando as despesas mensais da oficina, desde março de 1983, até abril de 1984.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) FUAD NACLI
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis a Nota Oficial do Partido Democrático Social sobre a crise no Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 99/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — É assegurado ao pessoal do Quadro do Magistério do Estado do Paraná, que tenham exercido e venham a exercer cargos eletivos, do direito à promoção e avanços vertical e diagonal de que trata a Lei Complementar n.º 13, de 23/12/81.

Parágrafo único — Estende-se o contido neste artigo aos integrantes do Quadro do Magistério nomeados para o exercício do cargo de Prefeito, nos municípios declarados de Segurança Nacional, estâncias hidrominerais e da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 03 de maio de 1984.

(aa) ANIBAL KHURY E DONATO GULIN

Apoio: ANTÔNIO ANNIBELLI, ACIR MEZZADRI,
RUBENS BUENO, TADEU LÚCIO MACHADO e NES-
TOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O mandato eletivo é altamente importante no regime democrático de uma nação. Não deverá, portanto, aquele que venha a desempenhá-lo, sofrer diminuições nas funções das quais tenha saído para exercê-lo.

O desempenho de mandato eletivo proporciona ao seu detentor o exercício da mais alta responsabilidade frente ao Poder Público.

É nessa diretriz que pretendemos com o presente Plano de Lei, assegurar ao pessoal do Quadro do Magistério de nosso Estado, o direito à promoção e avanços vertical e diagonal nos termos da legislação pertinente, quando afastados para desempenho de mandatos eletivos ou de nomeação para o exercício de cargo de Prefeito.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

Ausente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu peço a Vossa Excelência que encerre a sessão, por falta de "quorum" de todos os Srs. Deputados, a não ser os

tres que compõem a Mesa e deste Deputado que pede e do Deputado Ervin Bonkoski, que está pedindo pela ordem, porque é uma vergonha essa Assembléia estar funcionando sem número. Acho que a Presidência não poderia ter aberto a sessão sem ter número legal.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) A Mesa aprova e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta Srs. Deputados responderam a chamada. Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, parece-me que o último orador inscrito para o Grande Expediente é da Bancada do PDS. Vale dizer que o Horário da Liderança deverá ser ocupado pelo PDS.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Vossa Excelência tem razão.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do espaço reservado, já que na hora que solicitamos foi pedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, mas lembrando que nenhum orador falou nem no Pequeno nem no Grande Expediente. E toda vez quando um Deputado de um partido ou de outro, está por último, prevalece o partido em questão.

Esta Presidência consulta a Liderança do PDS.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Por dez minutos, o Deputado Jorge Maia Filho, e em seguida o Sr. Deputado Odeni mongruel.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Usamos hoje da tribuna para registrar nossas congratulações ao Deputado Rubens Bueno, que ontem solicitou prorrogação de prazo para o funcionamento da CPI da Corrupção.

Só que não concordamos que ela funcione por apenas mis cento e oitenta dias. Deveria, isto sim, funcionar até a data de 15 de março de 1987, último dia deste malfadado governo.

Deste governo que se auto-intitula PARCIMONIOSO, mas que é aquele que mais verbas destinou às MORDOMIAS, em toda a história do Estado.

Deste governo que se diz AUSTERO, entretanto é o que, até hoje, mais gasta na AUTO-PROMOÇÃO de seu Governador e dos membros de sua equipe, (destaquem-se as campanhas de rádio e televisão, a compra de seis páginas de um grande jornal do Rio de Janeiro, e quatro páginas na Revista MANCHETE, além dos ridículos "out-doors" espalhados pela cidade. Este governo que além dos gastos da administração indireta (por exemplo: BADEP, BANESTADO, COPEL, SANEPAR, etc), gastará, só na administração direta, 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, neste ano, na divulgação de sua falsa imagem, enganando o povo como sempre o fez, desde os tempos de palanque.

Deste governo que se diz TRANSPARENTE, porém, não tem a coragem de vir a público para relatar, com todas as letras, as falcaturas, os desmandos e o desvirtuamento do dinheiro público, que ocorrem "intramuros".

Deste Governo que se diz HONESTO e que quer que o povo acredite que o seja, mas que, antes mesmo de 14 meses de má gestão, é protagonista do maior escândalo de corrupção de que se tem notícia. Por bem menos, outros já sentaram em bancos de réus, outros ainda, certamente por vergonha, renunciaram a seus cargos.

Diante disto, é que louvamos a porrogação de prazo de fun-

cionamento da CPI da Corrupção. No entanto, alertamos os inquisidores para que, se o objetivo de levantar os casos irregulares da administração pública for efetivamente verdadeiro, as intenções e as baterias agora devem ser concentradas, com grande intensidade, nos fatos verificados depois do início do atual Governo.

Quando sugerimos que a CPI da Corrupção deve funcionar até 15 de março de 1987, é porque 180 dias são muito poucos para apurar as MORDOMIAS, as CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS e as irregularidades deste GOVERNO DO "DOLAR FURADO", FURADO NÃO NO SENTIDO DE QUE AS MOEDAS ESTEJAM FURADAS, mas no sentido de que:

— o FURO é no Tesouro do Estado;

— o FURO é no dinheiro do povo;

— e, mais, um FURO na credulidade daqueles que inadvertidamente nele confiou nas urnas em 1982.

Se, em menos de 14 meses já aconteceram fatos de tamanha gravidade, imaginem o que poderá ocorrer nos 34 meses que, infelizmente, ainda restam para este Governo.

Penalizo-me com os membros da CPI da Corrupção, pois, se eles quiserem ser honestos e não quiserem se corromper por omissão, terão muito trabalho pela frente".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Carvalho — Permite-me um aparte? —

(Assentimento) Caro Deputado Jorge Maia Filho, aguardai que Vossa Excelência terminasse o pronunciamento para apartear e lembrar a Vossa Excelência que, na semana passada, quando fiz um pronunciamento fazendo referência à atuação do Governo em vários setores, disse-me o Líder que o meu discurso estava tão enrolado que ele não conseguia responder o pronunciamento que eu havia feito, porque eu tratei de vários assuntos e fiz menção a várias coisas e entre elas, o já comentado, hoje, em todos os jornais, o empréstimo em dólar.

Permita-me Vossa Excelência, que eu leia um trecho:

"Estão colaborando com o aumento da inflação que está infelicitando todos os brasileiros; estão aumentando a dívida tanto interna como externa, principalmente com a tomada de empréstimo em dólares, taxas, comissões e serviços caríssimos ainda não devidamente explicados à opinião pública".

Vimos, hoje, através dos jornais de que foi constituída uma comissão de alto nível para averiguar este empréstimo em dólares e as taxas cobradas.

Se é uma comissão de alto nível, e o Governo tem interesse em esclarecer e tão bem dirigida pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seria interessante também que o povo participasse dessa comissão de alto nível, através da Assembléia Legislativa, na representação dos dois partidos políticos que participassem também desta comissão de alto nível, para esclarecer, para que o povo paranaense soubesse desses empréstimos, as Comissões pagas e o quanto custam.

Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Muito obrigado, nobre Deputado. Isto fica mais uma vez provado que a Liderança do PMDB ao dizer que o discurso de Vossa Excelência foi obscuro, é de que na realidade não interessou naquela ocasião que eles entendessem seu discurso.

É aquela ocasião que nós podemos repetir hoje que, os dólares malditos, já passam a ser benditos para o Paraná.

O Sr. Antônio Belinati — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Apenas para lembrar o nobre Deputado Jorge Maia Filho, que nós estamos entrando com um requerimento nesta tarde, pedindo explicações ao Governador José Richa, porque Sua Excelência ao emitir uma nota oficial sobre esse grande

escândalo de moedas estrangeiras, ele procurou justificar a criação de uma Comissão Especial, justificando que no curso de um ano de mandato ele já puniu mais de mil funcionários públicos estaduais, e o nosso desejo é que essa bomba, esse escândalo não venha estourar na cabeça do pequeno servidor.

Acredito que repercutiu muito mal junto ao funcionalismo público este tipo de informação quando o Governador procura se auto-valorizar alegando e informando à opinião pública que ele já puniu em um ano mais de mil funcionários. O nosso desejo é que Sua Excelência, já que o governo é coisa pública, o povo tem o direito de saber o que se passa no meio de um Governo Estadual, e por isso, estamos pedindo nome por nome dos funcionários estaduais punidos, em que repartição cada um deles trabalhava, e que tipo de corrupção praticaram, como servidor público estadual.

Esse nosso pedido é para evitar que se manche, que se macule a honra de milhares de servidores públicos.

É inadmissível que o Governador dê uma informação muito por alto e não dê o nome. Eu acho que o povo tem o direito de saber e até mesmo os funcionários públicos honestos, honrados, que cumprem fielmente com seu dever, com seu trabalho, estão ansiosos de que o Governador informe agora à opinião pública do Paraná, nome por nome, do servidor que foi punido, mais de mil, segundo o Sr. Governador, nome por nome de cada funcionário corrupto, em que repartição prestava serviço e que tipo de corrupção praticou, lesando os cofres públicos.

Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Tudo bem, eu agradeço e acho que Vossa Excelência deveria incluir mais no seu requerimento, perguntar se quem fosse funcionário público se pertencesse ao PDS, seria corrupção?

Se seria um dos motivos para ser mandado embora?

Eu acho que esse foi o maior motivo, nobre Deputado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto do dia veiculado nos principais jornais do Estado sobre o que pode vir a ser a grande crise do Governo do PMDB no Paraná, as denúncias de irregularidades cometidas em operações de crédito, em moedas estrangeiras, de parte de setores da Administração Direta do Estado, é fato grave que cabe ser diretamente apurado e uma vez confirmado, tornar-se-à indispensável e pronta intervenção do Governador José Richa, autoridade competente e única para responder às indagações da sociedade paranaense em torno do ocorrido.

E cabe também ao Governador corrigir os erros, se efetivamente eles forem comprovados. O fato denunciado pela imprensa, no dia de hoje, vem circunstancialmente após o pedido formulado nesta Casa pelo eminente Deputado Aírton Cordeiro, no sentido de que o Governo preste informações pertinentes às operações de crédito externo, os quais cresceram consideravelmente no atual período governamental e sobre os quais ainda muito pouco tinha este Poder Legislativo conhecimento detalhado a respeito dos mesmos.

O referido episódio mostra quanto é indispensável garantir-se ao Poder Legislativo as prerrogativas e as imunidades indispensáveis para que os parlamentares possam cumprir as funções naturais e o exercício da fiscalização face ao desempenho do Governo. Ainda está bem recente em nossas mentes o episódio que envolveu o Líder da Oposição nesta Casa, quando o Poder Legislativo Estadual tomou a posição que lhe cabia tomar, e mandou sustar o referido processo que tramitava já no Poder Judiciário, mormente no momento em que os gover-

nadores de Estado são escolhidos pelo voto popular torna-se necessária a manutenção de garantias do exercício parlamentar a fim de que se possa o Deputado atuar da melhor forma, digo, maneira possível em favor da fiscalização dos atos da Administração Pública, preservando, com isso, os verdadeiros interesses da coletividade em questão. No caso paranaense, acrescenta-se ainda que o novo período governamental, contrariando as pregações de campanha eleitoral, vem acompanhado de aumento considerável da carga tributária como se fosse o povo, fonte inesgotável de recursos para alimentar o apetite de arrecadação do Governo, e o responsável único pela superação das dificuldades resultantes dos déficits orçamentários dos órgãos estatais.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência, e apenas para corrigir, deve-se “dar a César o que é de César”; para corrigir Vossa Excelência, ou melhor, lembrá-lo de que não apenas o nobre Deputado Airton Cordeiro se ocupou desse assunto, mas já em 22 de novembro de 1983, eu encaminhava um pedido de informações ao Governo do Estado, especificando inclusive às entidades financeiras que haviam contratado empréstimos externos com o Governo do Estado do Paraná. Estranhava, na oportunidade, que esses empréstimos não houvessem sido realizados ou contratados com bancos de fomento, como é o usual na Administração Pública e sim com o BIRD, que é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Foi realmente feito um contrato de 52 milhões de dólares; foi feito um outro contrato com a filial com o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, nas Ilhas Kaimann, e também um outro, no valor de 8 milhões de dólares com o Firts National Bank of Boston. Eu não questiono a necessidade ou não de empréstimos externos; todos os governos fizeram isso; eu acho que um Governo que contrata empréstimos externos para aplicá-los em obras de infra-estrutura, não merece críticas e sim elogios, porque o bom Governo é aquele que endivida o Estado, mas em obras que possam proporcionar um retorno num futuro a médio ou a longo prazo. Apenas o que nós estranhávamos nesses três empréstimos que denunciemos e solicitamos informações, foi a intermediação; coisa que não é usual no Serviço Público é se usar entidades financeiras que estabeleçam pontes de intermediação entre o Poder Público e a entidade que concede o empréstimo, quer dizer, o Banco e o Governo do Estado.

Então, a meu ver, o grande mal desta questão é justamente se permitir a intermediação. Não entro no mérito, e não sei quem é o culpado; não sei se é o Secretário das Finanças, se é o do Planejamento, eu não entro neste mérito porque desconheço os trâmites que deram origem a estes empréstimos.

Estou aguardando ainda as informações que solicitei ao Governo do Estado, principalmente o item primeiro do meu pedido de informações, que é mais importante, e que sejam fornecidas cópias de todos os contratos já lavrados entre o Estado, empresas públicas e autarquias ou Fundações com instituições financeiras brasileiras ou internacionais e que representem aumento da dívida da Administração Direta ou Indireta do Estado. Há outros itens que não vêm ao caso. O mais importante é este, porque com cópias desses contratos, nós podemos fazer um exame acurado, para ver se houve ou não focos de corrupção, como apregoam e alardeiam os jornais, destes empréstimos.

Acredito que não tivessem havido. Entretanto, estou aguardando com paciência, apesar do prazo legal já haver esgotado, expirado, estou aguardando com paciência que a Liderança do Governo nesta Casa, ou a Mesa do Poder Legislativo, me faça chegar às mãos as informações solicitadas.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. ODENI MONGRUEL — Eu é que agradeço a intervenção do eminente Deputado Erondy Silvério, e incorporo a sua fala ao meu pronunciamento, o qual é aprimorado pela sua intervenção, e ao mesmo tempo, ilustre Companheiro, que eu me penitencio, em não haver feito esta referência inicial à sua participação.

Sob o impacto do ocorrido mais recentemente, através do pedido de informações também do eminente Deputado Airton Cordeiro, é que nós instruímos o início da nossa fala, mas a sua observação vem muito bem a propósito.

Prosseguindo, este aumento considerável da capacidade de arrecadar do Governo, em virtude de orientação enérgica na política fiscal e tributária do Estado, nada mais necessário que a sociedade paranaense se resguarde, e com ela os seus interesses, através do acompanhamento de atos da Administração Pública Estadual, verificando o que está fazendo com esta expressiva parcela da riqueza paranaense.

Outro aspecto, que a crise que se apresenta no atual governo nos chama a atenção é no sentido das dificuldades de manutenção em uma mesma equipe governamental, de homens diferentes e de idéias diferentes. Esse relacionamento de idéias diferentes, e de homens diferentes e que convivem dentro de uma mesma equipe administrativa em estado de permanente conflito, trazem enormes prejuízos à disciplina e à hierarquia do governo, provocando prejuízos ao próprio desempenho harmônico e desejável da Administração Estadual.

O Governo do Paraná, que desde os seus primeiros momentos demonstrou-se por isto mesmo, como sendo governado por um grupo de anônimos, e não por quem foi legalmente constituído para fazê-lo, tem agora, mais do que nunca, a necessidade de mostrar através da atitude do Governador José Richa, que a palavra de ordem e de comando só a si compete, colocando um paradeiro definitivo no caso de, restabelecendo com isso as condições de tranqüilidade, de confiança no Governo, exigidos neste instante pela sociedade paranaense.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? — **(Assentimento).**

Eu concordo quase que inteiramente com Vossa Excelência. Pessoalmente, não estou nem do lado A e nem do lado B, estou do lado da moralidade pública, do lado do Governador José Richa, que é um homem sério. Ele constituiu esta Comissão Especial para apurar e averiguar...

O SR. PRESIDENTE — **(Werner Wanderer)** A Mesa comunica ao orador que está na tribuna, que de acordo com as informações do PDS, concede os últimos dez minutos ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Fiori Luiz — Só para encerrar, Sr. Deputado Odeni, estamos aguardando também que se apurem concretamente todos esses fatos, e se houver culpados, que sejam punidos.

É minha posição, pelo menos pessoal e parece-me ser a posição de nossa bancada: ninguém defende A nem B, queremos a verdade, a razão dos fatos, e a punição dos culpados.

O SR. ODENI MONGRUEL — Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — **(Werner Wanderer)** Está com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Lê):**

“O povo paranaense está estarrecido diante da revelação de vícios e mazelas do regime José Calil Richa — o regime do PMDB no Paraná, ao eclodir nas últimas horas a gravíssima crise que era latente há vários meses com os indícios de seris-

simas irregularidades na contratação de empréstimos em dólares negociados pela Secretaria das Finanças, sob a administração desse prepotente e arrogante Sr. Erasmo Garanhão, que os áulicos do governo, no seu afã de serem agradáveis a quem passou a deter tamanho Poder na Administração Pública Estadual, já murmuravam que o Sr. Erasmo Garanhão "é a voz do travesseiro do Governador José Richa".

Vossa Excelência, Sr. Presidente, e os nobres Srs. Deputados, são testemunhas da nossa permanente preocupação com o que estava ocorrendo com relação aos empréstimos externos em dólares, os malditos dólares condenados pelos pregoeiros dos palanques eleitores e que acabaram por ser o alvo preferido do Sr. Erasmo Garanhão. Em várias oportunidades, manifestamo-nos com repetidas solicitações de informações sobre os negócios especiais que o regime Richa venha realizando por interferência de Garanhão. Idêntica preocupação foi externada por todos os deputados da Bancada do PDS, cabendo destacar os ilustres companheiros Ailton Cordeiro, Erondy Silvério, Tuguio Setogutte e Jorge Maia Filho, enfim, todos os integrantes da Bancada da Oposição, nesta Casa que, cômicos da sua missão de vigilância em defesa do bem público, mantiveram e mantêm permanente atenção sobre as atividades dos Governantes Estaduais, mesmo que isso lhes custe serem processados por aqueles que, como Garanhão e Francisco Simeão, não desejam ver seus atos submetidos à fiscalização deste Poder, no desempenho de uma missão essencial.

É triste e desolador constatar que, em tão pouco tempo, a administração José Calil Richa tenha tão rapidamente mergulhado pelos desvios que conduzem aos caminhos sombrios, nos quais não habita aquela moralidade administrativa que engrandece os Governantes perante os cidadãos sérios deste Estado, caminhos sombrios que servem para beneficiar pessoas inescrupulosas e escondê-las com a impunidade dos cargos.

Apesar de ter conhecimento de gravíssimas irregularidades ocorridas em sua administração na área da Secretaria das Finanças, o Governador José Calil Richa permaneceu omisso e, segundo revela a "Gazeta do Povo", em sua edição de hoje, só após ter recebido uma solicitação do Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, decidiu nomear uma comissão de alto nível para investigar denúncias de irregularidade na contratação de empréstimos externos negociados pela Secretaria das Finanças com bancos estrangeiros.

Sabedor das irregularidades, conhecedor de reuniões feitas no seu gabinete de trabalho, o Governador do Estado não adotou o caminho que a lei determina. Ao invés da constituição de uma Comissão de Sindicância para apurar os fatos que lhe eram do seu total conhecimento, em seguida determinar a instalação de inquérito administrativo para mandar à cadeia os responsáveis, o Sr. José Calil Richa nomeia uma Comissão de Alto Nível, segundo informa nota oficial firmada pelo próprio Governador do Estado.

Se o Governador tem conhecimento de atos referentes a operações de crédito em moeda estrangeira, que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do seu Governo e é o próprio Governador quem faz esta revelação em nota oficial, cabe-lhe, se realmente deseja apurar a verdade, determinar imediatamente a sindicância para constatar os abusos, os excessos ou violações da lei e processar administrativa e criminalmente os culpados. Não é isto que o Governador está fazendo. Foi o Sr. José Calil Richa buscar na Ordem dos Advogados, que é um órgão de fiscalização do exercício profissional da democracia, o Presidente da chamada Comissão de Alto Nível, que, por felicidade daqueles que devem ser submetidos à lei, ou por mera coincidência, recaiu em pessoa de reconhecida afinidade política com o seu governo e com o seu partido por cuja indicação acabou sendo aquinhado com um cargo de polpudo salário, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Prefeitura de Curitiba.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Tenho apenas dois minutos para concluir meu discurso mas aceito discutir com toda a Bancada do PMDB em Explicações Pessoais. Além do mais, essa Comissão exclui a participação do Legislativo que tem o direito de investigar e fiscalizar o Governo.

Será que nesse episódio o regime do PMDB deseja ficar fora do alcance das funções principais dessa Assembléia? Por que isso? Por que quando se trata das acusações com relação ao Governo passado se faz CPI da Corrupção na Assembléia? E, quando se trata das denúncias das irregularidades do Governo José Richa, sequer o Governo tem a coragem de responder o Pedido de Informações feito pelo Deputado Erondy Silvério, datado de 23 de dezembro de 1983, e que até hoje o Governo do PMDB não deu resposta?

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o PDS, através de nota oficial, estabelece as condições dessa vergonhosa situação em que se encontra o Estado do Paraná. Onde os desvios e os roubos não são feitos em cruzeiros, mas feitos em dólares, sugando a sofrida gente do nosso Estado. Por isto, permanentemente exercemos a fiscalização das atitudes do Sr. Erasmo Garanhão, do Sr. Belmiro Valverde, das sociedades com o Sr. Nagib, de escritórios de corretagem, tanto de São Paulo quanto de Brasília, para que, enfim, esta Assembléia pelos dois partidos possa dizer alto e bom som: "Basta Garanhão, basta Richa, com atitudes que denigrem o próprio Partido do PMDB, nesta Casa".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Usarão da palavra os seguintes Deputados: Por cinco minutos, o Deputado Caíto Quintana. Por dez minutos, o Deputado Ervin Bonkoski. Por cinco minutos, o Deputado Furiatti, e por dez minutos, o Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente o tempo é pequeno para podermos discutir como fala o Líder do PDS, sobre o fato que se vislumbra entre um atrito do Governo do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje eu lia no jornal que o Deputado Hélio Duque entrará na justiça para pedir que sejam apurados os desvios e os escândalos do BNCC. Aqui no Estado do Paraná, bastou a denúncia, porque não podemos falar ainda em fatos concretos, sob pena de tentarmos "jogar fogo numa fogueira" que ainda não diz porque queima. Mas o Governador José Richa já tomou a providência de criar uma comissão de alto nível para poder apurar as irregularidades.

E todos nós que falamos em direitos de defesa, e todos nós que falamos em apuração verdadeira de fatos, e todos nós que queremos a justiça, que queremos que a honestidade e os princípios morais da Administração Pública sejam respeitados, ninguém de nós, de sã consciência, pode admitir que por uma mera denúncia venhamos execrar hoje a figura de pessoas que conhecem a veracidade dos fatos.

Mas, preocupo-me quando, daquela tribuna, o Líder do PDS, ao invés de reconhecer na pessoa do Governador José Richa, que procura tomar conhecimento verdadeiro dos fatos que hoje se comentam no Paraná, passa a duvidar, inclusive da integridade moral do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, discordando da sua colocação

numa comissão de alto nível, uma Comissão formada pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; uma Comissão formada pelo íntegro professor Petrali Gastaldi, que há mais de trinta anos não pertence a partido político algum.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Senhor não concedeu aparte para a nossa bancada.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Então Vossa Excelência acha que eu agi mal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu acho . . .

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência então está agindo mal como eu.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu peço que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu espero que Vossa Excelência tenha postura suficiente para ouvir o meu pronunciamento. Um representante da Bolsa de Valores do Estado do Paraná. Ora, Senhores, se essa Comissão não tem o respaldo suficiente para apurar irregularidade, qual comissão teria?

Estamos principiando a levantar fatos, bem diferentes do que o Governo Federal que até hoje não apurou os fatos do BNCC; que até hoje não apurou os fatos da CAPEMI; que até hoje não apurou os rombos do INPS; que até hoje não deu explicação pública sobre a Coroa Brastel; que até hoje nunca mostrou à opinião pública a condenação, o simples processo dos envolvidos nos escândalos que aniquilaram a condição financeira desta Nação.

Não, Senhores, o tempo do Paraná é outro. A nossa bancada não tem posicionamento a favor de Secretário algum; não tem posicionamento para acobertar roubo algum que possa ter acontecido, mais o tempo do Paraná é outro, e a opinião pública do Paraná sabe que o Governador José Richa, na sua austeridade, haverá, sem dúvida alguma, de punir aqueles que porventura, não tem-se portado dignamente nos cargos que ocupam.

Essa é a diferença que encanta o Paraná e que faz o respaldo desse Governo; essa é a diferença que nos faz sentar aqui de cabeça erguida, na Bancada do PMDB, sabendo que nunca haveremos de passar a conviver com a corrupção, que nós haveremos de procurar os dados que nós haveremos de dar resposta ao Paraná pela confiança que teve no Governador José Richa e que continua tendo, sabendo da sua integridade, sabendo da sua lisura, sabendo da sua honestidade.

Essa, Senhores do PMDB e do PDS, é a grande arma que esse Governo tem para enfrentar as crises, porque ele as pune, vai a fundo nos escândalos, ele não nega perante à opinião pública o direito de saber o que acontece no seu Governo transparente e sério.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - (Faz soar os tímpanos) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Numa oficina de fundo de quintal, dois paranaenses

descobrem avançada tecnologia em recepção de sinais emitidos por satélites.

Eu tive a satisfação de conhecê-los e visitei a humilde oficina onde esses desconhecidos pesquisadores e inventores, fazem rastreamento, captando sons e imagens dos inúmeros satélites, inclusive dos Estados Unidos e União Soviética.

Quando o Senhor Diretor Geral do DENTEL, Antônio Fernandes Neiva, teve conhecimento desse trabalho pioneiro, não acreditou que em Curitiba se fabricassem equipamentos que detectassem sinais de satélite em ângulos geométricos tão distantes. Vindo de Curitiba, o Senhor Diretor Geral do DENTEL foi conhecer os inventores e seus inventos.

Impressionado com o avanço tecnológico dos equipamentos, o Senhor Diretor Geral, que é engenheiro eletrônico, afirmou que o grau e avanço técnico que pôde observar, só, encontra similares em laboratórios do Japão, onde a miniaturização jamais foi superada, nem por russos e nem americanos.

Na condição de representante do povo, ao tomar conhecimento do invulgar trabalho desses dois paranaenses, de imediato, senti que era minha obrigação levar, em caráter oficial, ao conhecimento desta Casa este auspicioso acontecimento.

Todos nós conhecemos o que é uma antena parabólica para enviar e receber sinais de satélite.

O que foge ao nosso saber é a alta tecnologia aplicada nesses equipamentos o que constitui segredo de fabricação para o qual pagamos elevados "royalties" quando se adquire tais componentes eletrônicos.

Agora no Paraná, numa rústica oficina, onde as próprias ferramentas de trabalho são construídas pelos dos inventores, instrumentos que nem existem no mercado nacional ou se existem, são compradas a peso de dólares, lá são fabricadas como obras do mais raro artesanato.

Com todo "know-how" paranaense, hoje nós temos condições de dotar todas as cidades, lugarejos, fazendas, canteiros de obras, com as antenas já em linha de fabricação, fazendo com o som e imagem, gerados em qualquer parte do Brasil, sejam recebidos com qualidade e pureza nos moldes que os recebemos nas Capitais.

Vamos eliminar a sobrecarga de ocupação dos nossos sistemas de microondas onde um sinal de televisão ocupa o espaço de novecentos telefones.

Não raras vezes, visitando as cidades do Paraná, pude precisar a deficiência das repetidoras de televisão que, além da imagem de baixa qualidade que produzem, as constantes interrupções desestimulam o telespectador a assistir qualquer programação.

De Curitiba a Foz do Iguaçu, temos doze torres de microondas para levar o sinal de televisão àquela cidade. Qualquer dessas torres que sofre pane, interromperá todas as demais.

Com sinais de igual qualidade aos que recebemos em Curitiba, podemos acreditar no estímulo ao comércio, não só estagnado na venda de aparelhos de televisão, como também das novidades que a todo momento nos são apresentadas. É na minha maneira de interpretação, tenho certeza, que os programas, de cunho informativo para o homem do campo, que hoje, nós assistimos com tanto interesse e curiosidade, ensinando métodos fáceis de serem aprendidos, chegarão alvissareiramente, aos lavradores, aos fazendeiros, destinatários mais importantes desses informes.

Nós já antevemos o interior instantaneamente ligado e integrando o Brasil pelas telecomunicações via satélite.

Os nossos grandes cientistas tem sido assediados por multinacionais e instados para pedirem o preço sem pensar em limitações de números, a fim de trabalhar em laboratórios estrangeiros e lá desenvolverem suas pesquisas.

No entanto, o seu sentimento patriótico, não os fez vacilar.

Vendendo parte dos seus bens patrimoniais fabricando

paralelamente aparelhos detectores de metais, cuja venda a granel lhes permite continuar trabalhando com modesto orçamento, eles esperam o apoio das instituições do Estado para que possam desenvolver tão promissora indústria.

Com a mesma satisfação com que comunico a esta Casa este fato tão auspicioso, informo também, a todos os meus Pares que, Curitiba está sediando, desde ontem até 6 de maio próximo a XIIª EXPO-TEL, por iniciativa da Dr. do DENTEL no Paraná e, por certo, a única diretoria que realiza tal evento, e lá no Edifício Castelo Branco, sede da Secretaria dos Recursos Humanos do Governo, poderemos ver, sentir e atestar a grande invenção dos nobres paranaenses João Zanellato e Edson Busato Perusso, que ora apresento a essa Casa."

Está aqui presente Edson Busato Perusso, este gênio, para que todos os meus companheiros desta Casa possam, efetivamente, daqui alguns meses, relembrar este fato que comunicamos, que exaltamos; porque, para orgulho dos paranaenses, consiste num evento da mais alta expressão internacional. São eles os responsáveis para uma nova era da evolução eletrônica. É por isto que todos nós, paranaenses, devemos aplaudir devemos estimular, devemos estar sempre atentos no seu caminho de trabalho, procurando fazer com que o Paraná se consagre, dentro do campo da eletrônica, no conceito universal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este nosso pronunciamento que ora fazemos, pedimos em requerimento que apresentaremos à esta Mesa Executiva, para que seja enviado ao Ministro das Comunicações, ao Diretor Geral da DENTEL, ao Diretor Regional da DENTEL e também a todas as autoridades que se dedicam ao estudo da eletrônica.

Nos nos orgulhamos, para complementar este pronunciamento de termos esses dois paranaenses, João Zanelato e Edson Busato Perusso que eu já os apresentei como propulsores de uma grande realização em favor do nosso Estado e em favor do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nota oficial do Governador José Richa tem no seu início o seguinte:

"Tendo chegado ao meu conhecimento fatos referentes a operação de crédito em moeda estrangeira que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do meu governo, iniciei, de imediato, averiguação tendentes a esclarecê-los para as necessárias providências." E conclui que, seguindo a coerência do Governo, constitui através de decreto, e de imediato, uma Comissão de Alto Nível com a incumbência de analisar todas as operações de crédito em moeda estrangeira realizadas no período de governo.

Não há nada, Senhor Presidente, Senhores Deputados mais transparente que a medida do Governo do PMDB, visto que, embora tenha havido perguntas ao Governo do Estado sobre as operações, os Deputados do PDS tomaram conhecimento dos atos administrativos do PMDB através do próprio Governo do PMDB, através do próprio Governador José Richa. E mais, se o Governador tivesse nomeado uma comissão de sindicância do Governo do PMDB, os homens do PDS viriam a esta Casa colocar em suspeição a Comissão por ter sido feita por homens do PMDB.

O Governador foi além; estabeleceu uma Comissão da Sociedade Civil, entre elas o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil para definitivamente concluir as operações, concluir o relatório e o Governo então tomará providências.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que mais quer o Deputado Luiz Alberto Oliveira? O Governador, numa

nota, diz que há informações de colocar em suspensão; suspeição não é culpabilidade, porém diz, "nomeio uma Comissão de Alto Nível que, em se verificando a culpabilidade, providências serão tomadas."

O Governo do PMDB faz isso, não tenho conhecimento de que os Governos passados tenham feito sequer suspensão ou adotado qualquer tipo de suspensão, a qualquer tipo de Secretário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do PMDB traz uma informação para esta Casa e os Deputados do PDS fazem discurso depois da nota do Governo do PMDB.

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa assegura a palavra ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PAULO FURIATTI - Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados a credibilidade de um governo . . .

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa assegura e solicita já que o orador não quer conceder aparte ele tem o direito de não dar e a Mesa assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PAULO FURIATTI - Eu agradeço, Sr. Presidente, a concessão da palavra, para que eu possa concluir este meu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela Ordem.

O SR. PAULO FURIATTI - . . . na verdade estou sendo até atrapalhado pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, e eu solicitaria ao Deputado Gabriel Manoel que tivesse a fineza de sentar-se no seu lugar e ouvir as minhas palavras porque eu tenho apenas mais um minuto.

O Sr. Gabriel Manoel - Pela Ordem, Senhor Presidente. Artigo 153, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa já definiu. O orador não quer conceder aparte.

O Sr. Gabriel Manoel - Mas, Pela Ordem, o Senhor tem de conceder.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa assegura ao Senhor Presidente a palavra já que ele só tem um minuto.

(VOZES SUPERPOSTAS) - (TÍMPANOS)

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa não vai conceder. Pela Ordem, já que não concedeu ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, a Mesa assegura a palavra ao . . .

O Sr. Gabriel Manoel - Senhor Presidente, Vossa Excelência não tem competência onde está a palavra sagrada de um Deputado.

(TUMULTO - VOZES SUPERPOSTAS) - (TÍMPANOS)

SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa assegura a

palavra ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PAULO FURIATTI - Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Governo de credibilidade é aquele que quando recebe a suspeição de um membro seu, nomeia uma comissão de alto nível para definir os atos que serão praticados e as consequências desse Governo. Esta é a questão fundamental, no momento, porque se temos um Governo do Estado que cumpre isso, não temos um Governo Federal que faz o mesmo, não temos um Governo do PDS que tem suspeição pela Nação brasileira, que não cumpre isso; temos o escândalo da CAPEMI e não temos o cumprimento; Governo do PDS que seja capaz de nomear uma comissão de alto nível da sociedade civil para julgar o escândalo da Coroa Brastel, para julgar o escândalo da CAPEMI.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa alerta o orador que se encontra na tribuna que esgotou seu tempo de acordo com informações que a Liderança nos forneceu, está com a palavra o Senhor Deputado Tadeu Lúcio.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Concedo mais cinco minutos ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço ao Vice-Líder Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel - Senhor Presidente, estou pedindo há tempo, mas Vossa Excelência é um arbitrário, não tem noção do que é presidir uma Assembléia.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa levanta a sessão por alguns minutos para que os ânimos sejam acalmados

(É SUSPENSA A SESSÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa solicita que o Senhor 2.º Secretário tome assento à mesa, porque do contrário, os trabalhos não poderão ser reabertos.

Está reaberta a sessão, está com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério, para questão de ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço a atenção de Vossa Excelência e quero declarar que tenho profundo respeito pela atuação parlamentar de Vossa Excelência, quer como Deputado, quer como membro da Comissão Executiva. Entretanto, permita-me Vossa Excelência discordar da maneira como encarou a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Gabriel Manoel. Qualquer membro do Poder Legislativo, durante as sessões, tem o direito e a Mesa tem o sagrado direito de atender, digo, tem o sagrado dever de atender todas as questões de ordem formuladas com base no Regime Interno da Casa. E o nobre Deputado Gabriel Manoel havia solicitado, com todo respeito a Vossa Excelência, a palavra, pela ordem, Vossa Excelência negou. Entretanto, concedeu ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado. E esse o protesto que quero fazer porque acho que a direção dos trabalhos desta Casa, a Mesa Executiva deve conduzir-se sob a mais completa isenção partidária; deve ser um magistrado na condução dos trabalhos da Casa, qualquer Deputado tem o Direito e a Mesa tem o dever de acolher as questões de ordens formuladas, baseadas no Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa informa ao Senhor Deputado Erondy Silvério que a Mesa procedeu assim que o Deputado Tadeu Lúcio Machado pediu pela Questão de Ordem. A Mesa, primeiro concedeu ao Companheiro Gabriel Manoel a Questão de Ordem, mas ele declinou.

O Sr. Gabriel Manoel - Pela Ordem, Senhor Presidente. Vossa Excelência não concedeu, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - E a Mesa, agora, concede, pela ordem, a questão de ordem ao nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente: eu achava bom Vossa Excelência, antes de presidir, dar uma estudadinha no Regimento Interno, porque nós os leigos. . .

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - O Presidente não aceita, porque tem o conhecimento do Regimento Interno.

O Sr. Gabriel Manoel - E por que Vossa Excelência não me concedeu, não me cedeu a Questão de Ordem dentro do complexo normativo da Assembléia, Senhor Presidente; eu não estava ferindo ninguém na sua sensibilidade; eu queria "apenas mente" - como dizia Odorico Paraguaçu - externar meu pensamento, agora vem o afoito Deputado Tadeu Lúcio Machado, com a sua juventude, querer ferir a sensibilidade de um Deputado que não quer outra coisa a não ser esclarecer a verdade. Vossa Excelência eu perguntaria: de que lado está? Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa informa que está como Presidente da Assembléia.

Está com a palavra o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Para que se faça justiça, eu requeiro que Vossa Excelência peça que se expunja das notas taquigráficas o termo "ditador" usado, com respeito a Vossa Excelência, pelo nobre Deputado Gabriel Manoel para que o nobre Deputado Paulo Furiatti não seja novamente prejudicado no tempo que ele tem de cinco minutos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e irá expungir todas as palavras desairosas, e concede os cinco minutos finais que o PMDB tem direito.

O Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado - Pela Ordem, Senhor Presidente. Está havendo um equívoco de Vossa Excelência o nobre Deputado Paulo Furiatti, usou cinco minutos, usará mais cinco, e ainda restam mais cinco, que serão usados pelo Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO FURIATTI - Senhor Presidente. Senhores Deputados: como diria aquele filósofo Gabriel "Enquanto a caravana passa, os cães ladram". Na verdade os argumentos do PMDB são tão fortes, os argumentos são tão límpidos, os argumentos são tão transparentes, que o PDS tenta usar de maneira para impedir que esses argumentos venham a esta Casa de Leis.

O Sr. Deputado Gabriel Manoel - Senhor Presidente, Pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Gabriel Manoel, e solicito que seja breve.

O Sr. Deputado Gabriel Manoel — Este é um problema nosso, Sr. Presidente. Sr. Presidente, “Enquanto os cães ladram, a caravana passa”, é um adágio árabe, e o coitado do moço não foi vacinado contra a raiva.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. DEPUTADO PAULO FURIATTI — Então, esta tentativa de bloquear a palavra do PMDB, nesta Casa, por parte do PDS, se reveste pela nitidez, pela transferência dos...

O Sr. Deputado Fiori Luiz — Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Paulo Furiatti, a violência ideológica é anti-democrática, e normalmente praticada pelo fascismo. Quando alguém não tem razão ou argumento, apela para a violência. O PDS tentando tumultuar o seu pronunciamento, assume uma postura anti democrática, que não interessa nem ao PDS nem ao PMDB, muito menos ao Poder Legislativo, que nós sempre respeitamos o PDS, nesta Casa.

Agora, com relação à crise que se propala no governo, Richa fez o que todo homem público sério faria, pois ele quer a apuração dos fatos, e nós também; agora, como seria salutar se o exemplo do Governador José Richa fosse seguido pelo Governo Federal na apuração dos escândalos financeiros, inclusive, com o filho do Presidente Figueiredo envolvido, no caso CAPEMI, Sr. Paulo Figueiredo. Seria salutar que o PDS tivesse a postura, a dignidade, a decência e a hombridade do Governador José Richa, em mandar apurar, comissão de Alto Nível, que será constituída agora à tarde, no Palácio Iguaçu.

Agora, se o PDS não está acostumado a exemplos como o do Governador José Richa, “o mais popular do Brasil”, é bom ir se acostumando.

Agora quem foi subserviente, “vaquinha de presépio” do General Ney Braga, por muitos anos, realmente estranha atitudes como esta do Governador José Richa.

Agradeço o aparte.

O Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Paulo Furiatti, para nós da Bancada do PMDB é motivo de satisfação: Primeiro, por termos um Governador como temos; Segundo por sermos uma bancada aguerrida, e acima de tudo honesta e decente.

O PDS parece que é o grande implicado neste problema. A preocupação do PDS é tão grande, que passou de acusador a acusado.

E nós, com o desprendimento do Governador, com o seu espírito honesto, com a sua capacidade de governar com simplicidade, mas com decência, hoje nos sentimos bem “cavaleiros”, aqui nesta Casa. Não para defender o Secretário das Finanças, não para defender o Secretário do Planejamento, mas para enaltecer a posição firme do nosso Governador, do Governador de todos os paranaenses, e de poder dar uma demonstração para o PDS do Paraná e para o PDS do Brasil, como é que se governa.

Onde está o ex-Ministro da Agricultura responsável pelo escândalo do BNCC? Que Comissão foi nomeada? O que foi feito contra ele? Onde estão os homens da Coroa Brastel?

Onde estão os homens da CAPEMI? Por que que o Governo Federal não nomeou uma Comissão de Alto Nível? Por que que o Governo Federal não puniu o seu filho quando foi envolvido em escândalos financeiros? Mas, no Estado do Paraná que temos o Governador mais popular do Brasil, não é por acaso. Está aí a demonstração do porquê ele é popular. Porque ele age com respeito. Ele é um homem que acima de tudo saiu pelo Paraná a fora pregando eleições diretas, e nem isso o PDS teve coragem. O PDS que votou contra as diretas votou contra a

vontade do povo brasileiro. Parabéns Deputado Furiatti pela demonstração de hombridade (Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede pela ordem...

O Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira — (Pela ordem).

Vossa Excelência sabe que o tempo do Deputado Paulo Furiatti já está esgotado. Eu peço a Vossa Excelência que não deixe envolver pelos gritos da irresponsabilidade, e conduza essa Casa dentro do Regimento e do horário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa está conduzindo dentro do Regimento e do horário, já que o PMDB tem mais quatro minutos para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado — (Pela Ordem) O Nobre Líder do PDS, pessoa da qual eu respeito muito pela maneira com que conduz a sua Bancada e que usa essa tribuna, deve estar com problema de esquecimento precoce, porque nesta sessão ele ultrapassou por dois minutos o tempo, e eu não o chamei de irresponsável.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, de acordo com informações de Vossa Excelência pedindo que a mesma mantivesse a ordem, concede a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, pelo restante dos minutos, três minutos.

O Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado — Pela ordem. Sr. Presidente. O Deputado Tadeu França cede o restante do tempo ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. DEPUTADO PAULO FURIATTI — Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora que me é concedido falar, pelas obstruções intermináveis que a Bancada do PDS fez nesta Casa vou concluir o meu pronunciamento. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do PMDB, do Paraná, declara, nomeia uma Comissão de Alto Nível para...

O Sr. Deputado Jorge Maia — Com funcionários nomeados pelo próprio Governo, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FURIATTI — Vossa Excelência está colocando dúvidas sobre o Presidente da Ordem dos Advogados, pergunto eu. Eu não coloco dúvidas. Eu não coloco dúvidas na sociedade civil, porque o Governo Federal tivesse uma Comissão para investigar a sociedade civil, muita gente desse Governo estaria na cadeia, neste mar de lama que é este País. Neste País cheio de escândalos, acochado atrás dos cochichos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita que cortem todos os altos falantes dos Srs. Deputados para poder por ordem na Casa.

A Mesa suspende os trabalhos para voltar novamente à calma. Não é possível um Parlamento chegar neste ponto. (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está reaberta a sessão.

A Mesa solicita que o 1.º e o 2.º Secretários tomem assento nos seus lugares.

Está reaberta a sessão e concedo dois minutos para o orador que está na tribuna, para concluir a sua oração.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Fica aqui o posicionamento a respeito dos fatos levantados nesta Casa, porque interessa à Bancada do PMDB, a verdade somente a verdade.

Como tenho apenas dois minutos, dedico o silêncio destes dois minutos aos traidores do PDS, que traíram a Pátria, no dia 25 de abril.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Solicito de

Vossa Excelência que expunja das notas taquigráficas as últimas palavras do Deputado Paulo Furiatti e inscreva-me para Explicações Pessoais. Estão aproveitando porque sabem que o nosso horário já foi esgotado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá mandar expungir...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Traidores por quê? Porque votaram com sua consciência? Todos os Deputados que votaram pelas indiretas foram legitimamente eleitos pelo povo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa cassa a palavra e oferece nas Explicações Pessoais o espaço que lhe é reservado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Nrs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Donato Gulin, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei nº 78/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 01/84 e 99/84, constantes da Ordem do Dia de hoje. — Em votação.

O SR. LUIS ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) — Vossa Excelência pode anunciar o número e o teor do projeto?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Os projetos constantes da Ordem do Dia: n.º 78/84 e de Resolução n.ºs 1 e 99/84.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência coloca em votação a retirada da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Preferência na votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está aprovado o requerimento.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 78/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 01/84 e 99/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 78/84 (Mensagem nº 90/84), que objeyiva autorizar o PODER EXECUTIVO a abrir crédito adicional de vinte e nove bilhões de cruzeiros ao vigente Orçamento Geral do Estado aprovado pela Lei nº 7772, de 13 de dezembro de 1983, conforme especifica.

Em votação o Projeto. —Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução nº 01/84, que dispõe a aplicação das dotações da Assembléia Legislativa do Estado na forma que especifica e dá outras providências.

Em votação o Projeto de Resolução nº 01/84. —Aprovado.

2º DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 99/84, oriundo do Parecer à Proposição nº 97/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que determina sustação da Denúncia-Crime nº 3/84, em que é interessado o Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, na forma que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, há um requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto Requião e Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por (10) dez sessões, do Projeto de Resolução nº 99/84, sustando-se em consequência o Regime de Urgência.— Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Senhor Presidente. É o projeto de Resolução nº 99/84?

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) — É o projeto de Resolução nº 99/84.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino.

O SR. PRESIDENTE —(Werner Wanderer) — Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Resolução nº 99/84 por 10 (dez) sessões.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei Complementar nº 223/83 (Mensagem nº 141/83), que dispõe sobre acréscimo de tempo aos Policiais-Militares dos Quadros da Polícia Militar do Estado, cujo ingresso, como requisito básico, exija curso de nível superior, e dá outras providências.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 223/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º . A contagem dos anos de serviço do policial-militar dos Quadros para cujo ingresso na Polícia Militar do Paraná seja requisito básico possuir curso de nível superior, será feita com o seguinte acréscimo:

- 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado, até que esse acréscimo complete o total de anos de duração normal do curso de nível superior, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público, eventualmente prestado durante a realização do referido curso.

Parágrafo único. O acréscimo a que se refere este artigo será computado somente no momento da passagem do policial-militar para a situação de inatividade, e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive, quanto à percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço e adicional de inatividade.

Art. 2.º. Para os efeitos legais desta lei, “anos de efetivo serviço” é a expressão que designa o tempo de serviço, computado dia a dia, entre a data de conclusão e a data de limite estabelecida para a contagem ou a data do desligamento do serviço ativo, mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 73/83, que declara de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA MAÇÔNICA LOTUS 1284 “O DIREITO HUMANO”, À GI. do G.A.D.U., com sede e foro nesta Capital.—Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 73/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA MAÇÔNICA LOTUS 1284 “O DIREITO HUMANO”, À GI. do G.A.D.U., com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 28/84 (Mensagem nº 67/84) que concede ao ex-funcionário público estadual João Roque Dallabona, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 28/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica concedida a JOÃO ROQUE DALLABONA, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro

de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA —Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Diomar David Dalledone Júnior, ocorrido no dia 30 de abril do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando informações à Comissão Executiva, quanto aos veículos que prestam serviços a este Poder. — **À Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Miguel Mickosz, ocorrido no dia 3 de maio do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição n.º 96/84, oriunda da Mensagem Governamental 91/84, que encaminha cópia de convênio entre o Estado, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando a execução e implantação de projetos, obras e serviços de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos, em áreas populacionais de baixa renda. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 86/83, que estabelece código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão plenária, do Projeto de Lei n.º 61/84, o qual já obteve pareceres favoráveis das Comissões Técnicas da Casa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando aprovação de expediente que determine, ao início de cada sessão deste Legislativo, a leitura de nominata dos Srs. Deputados do Paraná com assento na Câmara Federal, que se abstiveram, dos que se ausentaram e dos que votaram contra a Emenda Constitucional que previa o restabelecimento de eleições "Diretas, já" para Presidente da República. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. O Requerimento do nobre Deputado Gernote Kirinus, vazado nos seguintes termos: "O Parlamentar que esse subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere, após ouvido o Plenário, aprovação de expediente que determina ao início de cada sessão deste Legislativo, a leitura de nominata dos Srs. Deputados do Paraná com assento na Câmara Federal, que se abstiveram, dos que se ausentaram e dos que votaram contra a Emenda Constitucional que prevê restabelecimento das eleições Diretas, já para Presidente da República."

Está aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma demonstração do que se prepara o PMDB e se tivesse oportunidade de pressionar, pressionaria. Cada Deputado vota de acordo com a sua consciência. Não estou aqui fazendo defesa da eleição

direta ou indireta, mas fazendo a defesa da liberalidade e do direito que tem cada um dos Srs. Deputados, o Deputado que é eleito livremente, de opinar de acordo com a sua consciência. E esses Deputados, que assim agiram, foi porque julgaram o momento oportuno de assim decidir no momento de uma votação de tão alta importância que altera a Carta Magna da Nação.

Esta Emenda Constitucional que viria trazer profundas alterações, eu já fiz um pronunciamento nesta Casa, fazendo referência à grande preocupação da maioria dos brasileiros, num momento como este, em que os partidos, e mais uma vez eu repito, em que os partidos estão falidos, não têm a credibilidade do povo. Numa eleição como esta e com esta inflação em que vive o País, em que agora pouco eu ouvia a crítica à Coroa Brastel, à CAPEM que existe processos instaurados e fazendo a apuração, mas que ainda não tem um resultado. mas que há um descontentamento muito grande contra o PDS, e ninguém nega que há também um descontentamento muito grande contra os Governos que aí estão do PMDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — A Mesa solicita e vai adotar um procedimento. Todo Deputado que solicitar — Pela ordem — desde que solicite, e a Mesa solicita que o Deputado diga o que está sendo infringindo, para as duas Bancadas.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Está sendo infringido o Regimento Interno da Casa, quando o nobre Deputado vai à tribuna para fazer encaminhamento de votação de um requerimento...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu não vejo a Questão de Ordem...

O Sr. TADEU LÚCIO MACHADO — Ele está encaminhando especificamente a matéria que está sendo votada. O Regimento Interno da Casa é claro.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, estou falando exatamente sobre o que está contido neste requerimento, Sr. Presidente. É com referência à eleição direta que eu estou falando Sr. Presidente.

Continuo, Sr. Presidente. Quando dizia que o PMDB também não tem credibilidade, no maior Estado do País, governado pelo PMDB, que é o Estado de São Paulo, o descontentamento é muito grande com seu Governo...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem...

Não me parece falar nada de eleição, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

É evidente o desejo do Deputado Tadeu Lúcio Machado no sentido de tumultuar o raciocínio do eminente Líder do PDS. Vossa Excelência deve conceder a palavra Pela Ordem desde que os autores das solicitações Pela Ordem, demonstrem de acordo com o Regimento e pelo seu artigo, aquilo a que se propõe. A não ser que se queira, aqui nesta Assembléia, também se instaurar a censura sobre os discursos dos Parlamentares do PDS.

Já se fez tanta coisa nesta Casa onde o PMDB é maioria. Tenta-se rasgar o Regimento conforme o requerido, inclusive pelo 1.º Secretário desta Casa, que pretende acrescentar às discussões as sessões plenárias, a leitura de uma nominata. Ora, pretende, na verdade, Sr. Presidente, reformar o Regimento Interno através de um requerimento.

Não é possível, Sr. Presidente, e a Mesa não deveria nem ter aceito o requerimento do eminente Deputado Gernote Kirinus; o requerido pelo mesmo deveria vir sobre a forma de projeto

de resolução para mudar o Regimento Interno desta Casa, a condução das sessões plenárias da Assembléia Legislativa.

Por isto eu solicito a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que não conceda a palavra Pela Ordem, a não ser que o Deputado Tadeu Lúcio Machado diga o número do artigo a que queira se referir.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — Está com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Artigos 173 e 174. (Lê):

“Art. 173, para encaminhar a votação, cada Deputado salvo os relatores, só poderá falar uma vez”, “Art. 174, o encaminhamento da votação, em segunda discussão, poderá ser feito sobre cada artigo e cada emenda”.

Sr. Presidente, o encaminhamento de votação é específico da matéria que está sendo votada.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Qual a matéria que está sendo votada, nobre Deputado?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — A matéria que está sendo votada é o requerimento de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, que diz na sua súmula, se não me engano, que em todas as sessões legislativas leia-se a nominata dos Deputados Federais do PDS que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas. Eu não vi, em parte alguma deste requerimento, nobre Deputado e nobre Presidente, alguma coisa que falasse sobre o Governo de São Paulo, ou sobre a Coroa Brastel, ou sobre crítica ao PMDB, e nem mesmo ao PDS.

Então, solicito a Vossa Excelência para que um trabalho seja conduzido com o respeito ao Regimento Interno da Casa, que o nobre Deputado que se encontra na tribuna encaminhando a votação, a faça dentro daquilo que nós seremos obrigados a votar dentro em pouco.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Só posso ler o requerimento,

Sr. Presidente; não posso falar sobre a nominata. Mas o que se pretende, Sr. Presidente, nesta Casa, é um caso inédito, que ao início de cada sessão não se diga mais “sobre proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”. Mas, “abrindo, Sr. Presidente, esta sessão iniciamos com a leitura dos Deputados que, com independência e com a sua consciência, votaram como quiseram.”

É assim que pretende este requerimento, Sr. Presidente. Quando nós fazemos uma introdução querem procurar impedir que falemos a verdade. Quando nós estamos verificando nesta Casa das questões de ordem levantadas, Sr. Presidente, das questões de ordem quando se falava sobre esta Comissão de Alto Nível, Sr. Presidente, nós pretendemos que na realidade, realmente representasse o pensamento do povo.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — A Mesa encarece ao nobre Deputado Gilberto Carvalho que ocupa a tribuna que se atenha só ao requerimento. E é o que temos, inclusive, verificado nos pedidos de ordem sistematicamente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mais uma vez Sr. Presidente, eu volto a ler o requerimento para não sair fora dele. (Lê — Súmula — “Sugere a aprovação de expediente prevendo a leitura de nominata parlamentar de Parlamentares do Paraná, que votaram contra a Emenda pelas Diretas, já, ao início de todas as sessões legislativas.”

Não posso comentar, Sr. Presidente. (Lê):

“O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais sugere, após ouvido o Plenário, aprovação de expediente que determine ao início de cada sessão deste Legislativo, leitura de nominata dos Srs. Deputados do Paraná, com assento na Câmara Federal, que se abstiveram, dos que se ausentaram, dos que votaram contra a Emenda constitucional que previa restabelecimento das eleições diretas já, para Presidente da República”.

É ou não é, Sr. Presidente, querer impedir a livre iniciativa de cada Deputado, manifestar-se de acordo com a sua consciência...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência informa que está encerrado o horário de Vossa Excelência e lhe concede mais dois minutos, dadas as interrupções.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas é isso, é uma maneira de procurar impedir que cada Deputado com assento na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal ou no Senado, se manifeste de acordo com a sua vontade.

É preciso que cada um ocupe a sua posição e assuma a sua responsabilidade pela função que desempenha e não querer pressionar, através de requerimentos, através de projetos apresentados como nós tomamos conhecimento, ontem, na Câmara Municipal; é preciso que cada um tenha liberdade e que se defenda.

Falam que em 86, será dado o troco a esses Deputados que tomaram outra posição; eles deverão assumir a responsabilidade, sim, mas é preciso que deixe que o povo julgue; o tempo saberá julgar quem melhor estudou, qual melhor tomou posição.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Procurando encaminhar dentro das limitações que nos são concedidas por esta Casa, queríamos pedir ao nobre, ao ilustre companheiro Gernote Kirinus, que teve o nosso voto para Primeiro Secretário, que retire esse requerimento, para que não seja posto à execração pública, porque perseguir, tripudiar não é do feitio do nosso ilustre Primeiro Secretário. E a “vindita”, e sei que não é de seu feitio, porque é a democracia, Sr. Presidente, é a democracia, Srs. Deputados, e se cada um, de acordo com a sua consciência, não pode votar, Sr. Presidente, homens que foram ao Congresso Nacional, por intermédio da votação embora sob o flagelo de Delfim Netto, mas foram lá.

Estão altaneiramente representando o Paraná, Sr. Presidente, e seria uma mostra de perseguição. Pediria vênias, Deputado Gernote Kirinus, que eu o admiro, que não tripudie, que não faça desta Casa de Leis uma casa de “vindita” pessoal, que não faça desta Casa um revanchismo com consequências que não sabemos até onde vão, Sr. Presidente.

Deveríamos nos atentarmos, Sr. Presidente, à inflação galopante, aos homens que estão desempregados, aos ilhéus que estão aí a bater na porta do palácio do INCRA, ao invés de votarmos o requerimento desta natureza que não leva a nada, a não ser a uma pecha de perseguição, não pelo Deputado Gernote Kirinus, mas toda a Assembléia Legislativa.

Perdoe-me, meu querido Deputado, Vossa Excelência, como evangélico, não devia semear o ódio, não devia semear a perseguição, não devia semear a “vindita” sob os homens dentro da democracia participativa.

Como diz o PMDB, votaram com a sua consciência, ou tiveram a distinção de não querer votar. “Cada roca com seu fuso e cada terra com seu uso”, Deputado Gernote Kirinus.

Não podemos fazer isto porque Vossa Excelência conhece melhor que eu a Bíblia Sagrada, onde tem um trecho que diz: "não faças a Deus que pagas ao Diabo".

Por que? O que leva isso de resultado aos flagelados? O que leva isso de resultado aos homens que são carentes de emprego? Homens, mulheres, paranaenses e brasileiros que estão passando fome e miséria. O que leva a isto, Sr. Presidente? O que leva isto, meu amigo Gernote Kirinus, esta perseguição sem razão?

A razão talvez desconheça e pediria, encarecidamente, dentro da humildade de um homem do interior, que Vossa Excelência retirasse este requerimento, que sei perfeitamente que foi um minuto de falta de reflexão, porque conheço o seu feitio e sei que Vossa Excelência não é um perseguidor; é um cristão. Jesus dizia, como Vossa Excelência sabe, e o ilustre Deputado Fiori Luiz faz a sua blasfêmia, mas vamos perdô-lo, porque "errar é humano, e perdoar é divino".

Vossa Excelência num assunto de importância, dá uma risada como Judas deu ao lado de Cristo. Pediria a Vossa Excelência que dissesse ao nosso amigo, companheiro de bancada de Vossa Excelência, Primeiro Secretário desta Casa que está conduzindo de uma maneira que nos deixa orgulhoso. Mas isto aqui vai enegrecer a Assembléia Legislativa.

Não tenho procuração de nenhum Deputado Federal para defendê-los. Mas quero defender a integridade e o bom senso do Primeiro Secretário, homem cristão, homem que sabe, homem que conhece muito mais do que nós a Bíblia, homem que sabe que Cristo não usava estes termos para perseguir os seus adversários, os fariseus. Cristo os ignorava e os perdoava.

Pediria a Vossa Excelência que perdoasse esse Deputado, que está nesta Assembléia e pedir humildemente que retire este requerimento, para que não haja "vindita" pessoal, Deputado Gernote Kirinus. Conheço Vossa Excelência e sei que é um homem cristão; sei que Vossa Excelência e suas origens estão estribadas na Bíblia Sagrada, no Novo Testamento. Onde está o Novo Testamento, que se pede execração pública aos homens que usaram apenas o seu direito de votar? Porque somos minoria hoje, que vai permitir que Vossa Excelência caia neste erro, Deputado. Não erre. "Errar é humano, perdoar é divino".

Vossa Excelência vai dar hoje um exemplo da democracia participativa de seu partido. Peça a retirada, Sr. Deputado, enquanto o povo do Paraná não sabe que os Deputados estão aqui para perseguirem-se uns aos outros; estão aqui para executar os seus próprios companheiros.

É por isto que, dentro deste complexo normativo da Assembléia Legislativa, requeiro ao ilustre Primeiro Secretário, usando e abusando da sua amizade e de nossa amizade, que retire.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Consulto à Mesa se poderei me pronunciar quanto ao pedido feito pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, da tribuna, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência poderá se pronunciar, desde que encaminhe o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Então, peço para encaminhar. (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu amigo Deputado Gabriel Manoel. Fico contente em ver que dois Deputados que foram à tribuna discutir o nosso requerimento, reconheceram que, de fato, o erro contido no voto contrário à emenda que visava estabelecer a esperança de todo o povo brasileiro.

Fazem-me o apelo, nobre Deputado, e profundamente

sensibilizado, para que retire este requerimento.

Gostaria, e muito, de atender o seu apelo. Ainda mais por se tratar de um apelo feito por um Deputado amigo, Sr. Gabriel Manoel. No entanto, acredito que exageraram na interpretação do nosso requerimento. O nosso requerimento, gostaria de dizer em primeiro lugar, não é anti-regimental, porque ele apenas sugere. Faz apenas uma sugestão que, uma vez aprovado pelo Plenário, deverá ser considerado pela Mesa e deverá inclusive implicar então em projeto, alterando o Regimento Interno.

Em segundo lugar, o requerimento quando fala no início da sessão, não substitui as palavras "proteção de Deus", porque o início pode ser colocado tanto antes ou depois das declarações que abriu a sessão "Sob a proteção de Deus". Portanto, não retira, não omite nada do Regimento Interno.

Em terceiro lugar, não há o impedimento, nem sequer pressão sob consciência de quem quer que seja. É apenas uma lembrança. Tanto é que o requerimento — eu mesmo reconheço é tão "água morna" que ele não diz se estes nomes deverão ser lidos para homenagear. Para alguns pode ser homenagens póstumas, ou para outros, até uma simples homenagem dos que concordam com o Regime.

Portanto, é um requerimento que atende à consciência de ambos os partidos e de todos os Parlamentares.

A liberdade de consciência não está cerceada por este requerimento, nobre Deputado. Porque a liberdade de consciência também traz uma responsabilidade. E nós devemos responder pela nossa liberdade de consciência, quando esta nos manda tomar uma atitude. Nós respondemos por ela. E não há porque querer se esconder de um ato tomado com consciência, com convicção. Até acredito que existe muito mais convicção patriótica — não digo patriótica — mas muito mais convicção ideológica daqueles que votaram "não", do que aqueles que correram do plenário; dos que simplesmente buscaram evasivas, desculpas esfarrapadas, ficaram em cima do muro. Respeito muito mais, e é por respeito a estes Deputados que disseram "não", que se lembre constantemente nesta Casa, quem realmente votou contra. Praticamente a Nação brasileira toda.

Quanto ao perdoar, este sempre acompanha o arrependimento. E eu não vi, nos sorrisos polpudos dos Srs. Deputados que votaram contra, arrependimento algum o perdão sem ser antecedido pelo arrependimento, é inconseqüentemente, e a própria Bíblia não prega o perdão simplesmente por perdoar, mas sempre acompanhado depois de um arrependimento.

Não há, portanto, pressão, não estamos tripudiando porque não estamos dizendo nada contra eles, estamos apenas pedindo que se lembre o nome desses Parlamentares, que poderá ser interpretado, como já disse, como homenagem, seja esta de exaltação ou seja homenagem póstuma, porque em 86 o povo haverá de vingar-se, como bem disse o Deputado que nos antecedeu na tribuna.

Encerro, Sr. Presidente, na defesa do nosso requerimento, porque ele é inofensivo, ele simplesmente visa lembrar o que pode ser que o PDS esquece mas o povo, não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, levanto esta Questão de Ordem, para propor à Mesa que seja incluído como emenda aos requerimentos dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Sérgio Spada, que ainda não está em fase de votação o requerimento do Sr. Deputado Sérgio Spada, e que trata sobre o mesmo assunto, que seja incluído na leitura nominata dos Deputados que votaram para eleição biônica do Prefeito da Capital de Curitiba e dos Deputados que se au-

sentaram na votação que restabelecia eleições diretas para Prefeito das Capitais.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa informa ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que este requerimento não admite emenda e poderá desde que por escrito, tentar um adendo ou emenda no requerimento do Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa estabelecia na redação anterior, no artigo 79, o seguinte:

“SEÇÃO I

DAS SESSÕES PÚBLICAS

Art. 79 — À hora do início da sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, quinze Deputados, o Presidente declarará aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da sessão anterior, e não havendo restrição à mesma, será dada por aprovada”.

Em razão de projeto de resolução apresentado em dezembro de 1984, que passou pelas devidas Comissões Técnicas desta Assembléia Legislativa, este artigo 79 teve mudança na sua redação, passando a ser, Sr. Presidente, a seguinte redação:

“De acordo com a Resolução nº 11/64, de 14 de dezembro de 1964, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, a seguinte Resolução:

“Art. 1.º — O artigo 79 do Regimento Interno, mantidos os seus parágrafos passa a ter a redação seguinte:

“Art. 79 — À hora do início da sessão, verificando-se a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Assembléia Legislativa, o Presidente dizendo “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarará aberta a sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da sessão anterior, e não havendo restrições à mesa, será dada por aprovada”.

Ora, é evidente, Sr. Presidente, que o nobre Deputado e Pastor Gernote Kirinus, pretende aduzir novas colocações aos trabalhos desta Assembléia Legislativa e não poderá Sua Excelência, que conhece bem a tramitação dos trabalhos da Assembléia Legislativa, fazê-lo através de requerimento puro e simples, mas sim através de projeto de resolução, porque Sua Excelência quer a mudança no ritual, na rotina dos trabalhos parlamentares desta Casa, nós aceitamos que Vossa Excelência faça os projetos de resolução como queira, mas não podemos aceitar e é de sua competência, Sr. Presidente, não aceitar este requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus, porque fere o Regimento Interno da Assembléia e Vossa Excelência, de acordo com o artigo 179, deve despachá-lo no mínimo para a Comissão de Constituição e Justiça, que deverá dar o Parecer sobre esta nova fórmula esdrúxula que encontrou o Primeiro Secretário, que deve conhecer bem o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para tentar acrescentar novas palavras, novas determinações, às sessões plenárias da Assembléia Legislativa.

Por isso, faço um apelo, não ao Deputado Gernote Kirinus, mas ao bom senso, ou ao senso comum de Vossa Excelência, no sentido de que a Mesa não aceite o requerimento do Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, se o meu requerimento estivesse sugerindo, aí sim, entraria através de requerimento aduzindo modificações no Regimento Interno, mas está bem claro que se trata de uma sugestão.

Sugiro Sr. Presidente, se a sugestão for acatada por este Plenário, é evidente que fica a Mesa incumbida de providenciar projeto de resolução, que, tramitando nesta Casa, pela CCJ e outras Comissões, portanto, é apenas uma sugestão, Sr. Presidente.

Acho que estão fazendo “tempestade em copo d’água”; o requerimento está sugerindo, não está propondo, quer dizer, é um requerimento até certo ponto sem ambições, não sei para que tanta guerra aqui dentro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro que Vossa Excelência determine ao Primeiro Secretário a leitura do inteiro teor deste requerimento.

(É procedida a leitura do requerimento).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sugestão do Sr. Deputado Gernote Kirinus, para ser executada neste plenário só através do meio legal que é a mudança do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, em consequência, só através de projeto de lei.

Se o requerido está errado, cabe à Mesa, na guardiã da legalidade dos atos desta Casa, determinar o não recebimento do requerido do Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, estou sugerindo que se faça... poderia ler só mais uma vez o requerimento, a primeira parte dele, em que se sugere que depois de aprovado pelo Plenário, se faça gestões para que se procedam as mudanças no Regimento Interno. Está claro, eu não vejo anti-regimentalidade nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Eu solicitei que Vossa Excelência decidisse sobre a Questão de Ordem que eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, ao colocar o requerimento em votação, esta Presidência entende que não vê como não acatar uma sugestão apenas à Mesa Executiva, e por isso mesmo coloca ao Plenário para deliberação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência considera apenas como uma sugestão, mas há uma obrigatoriedade de se ler. É um requerimento que “chove no molhado”, é um requerimento que não vai levar a nada.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Vou usar as palavras do próprio proponente, de que é um requerimento “água morna”, e por isso mesmo concede a palavra, Pela Ordem ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a excelente definição que Vossa Excelência dá ao trabalho do seu ilustre correligionário.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Eu solicitei encaminhamento de votação, Sr. Presidente, porque, por uma questão de ordem, deveria citar os artigos que estivessem sendo infringidos e ao que me parece — pelo menos que os artigos que considero sendo infringidos — já foram aqui levantados.

Pedi o encaminhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque reconhecendo nas próprias palavras do autor do requerimento quando da tribuna, pelo eminente Deputado Gabriel Manoel foi feito um apelo ao autor do requerimento com palavras que surpreenderam a todos nós, porque sabemos que o Deputado Gabriel Manoel não é, pela sua formação, pelo seu gênio, pela sua forma de ser, Deputado de elogios, de concordância, de prudência, mas a experiência de Parlamento talvez é que tivesse norteado o ilustre Deputado quando fez o apelo que fez. Se nas palavras do ilustre Deputado Gernote Kirinus diz apenas uma sugestão, e que é um requerimento fraco, e eu subentendo que esse requerimento tinha apenas a obrigação e a finalidade de registrar, numa sessão desta Casa, o voto

negativo de alguns eminentes Deputados Federais que exercem o seu direito, a sua obrigação e o seu dever, lá no Congresso Nacional. Aqui, nesta Casa, nós temos nos debatido tanto para tentar preservar aos Senhores Deputados uma liberdade total de ação, um exercício pleno da consciência de cada um. Essa tem sido a tônica daqueles Deputados que têm responsabilidade, porque se neste Parlamento os Senhores Deputados não puderem exercer liberdade de palavra, liberdade de ação, liberdade de voto de acordo com as suas consciências, não há razão de existir Parlamento. Por essas razões todas, Senhores Deputados e especialmente Deputado Gernote Kirinus, eu entendo de que esse requerimento se já teve a finalidade a que se destinava de vir à tona e a debate, nesta Casa, os Deputados que não votaram favoravelmente com a intenção do nobre Deputado autor do requerimento, e digo mais: de que se a esses Deputados que votaram "não" eram uma minoria, é às minoria devem ter direito de exercer e ter assegurado o seu direito para exercerem as suas funções e as suas consciências. Se eu fosse Deputado, afirmo, disse, tenho dito e disse tantas vezes, se lá votasse, votaria favorável à eleição direta. Porém, não me compete, não me competia e não vai me competir, exercer esse voto e mantive, procurando exercer nos meus companheiros alguma atividade de que eles votassem favorável à emenda, mas sem nunca deixar de respeitar, mas de respeitar plenamente, absolutamente, aqueles que pensavam "não". Por isso vejo que se aprovarmos uma medida como esta, prezado Deputado autor desse requerimento, para ser lido no início os nomes dos Deputados que votaram "sim" ou "não", não importa, amanhã ou depois abriremos um precedente sério de que todas as votações que forem negativas à intenção de qualquer Deputado desta Casa, ou então, a votação for negativa à intenção de qualquer Câmara de Vereadores, vai se tornar uma praxe de registro mudando o Regimento Interno e até colocando em posição ridícula este Poder.

Por isto, o meu voto, mesmo que seja de sugestão, é contrário a este requerimento, porque não vejo razão de aprovarmos sugestão alguma de que possa mudar o Regimento Interno e colocar este Poder em ridículo, e ainda mais, tendo como tema, o exercício de uma consciência de um Deputado, que deve sempre ser respeitada, para ser respeitado este Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Esta Presidência registra a visita do Vereador de Curitiba, Sadi Ricardo.

Está em votação, o requerimento do nobre Deputado Gernote Kirinus.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O Sr. Deputado Augusto Carneiro - Requeiro verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do ilustre 1.º Secretário desta Casa, Deputado Gernote Kirinus, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram ficar como estão.

Quatorze Senhores Deputados aprovam e sete rejeitam.

Não há "quorum" para votação, e sim, para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de uma Vara especializada de Execução Fiscal, bem como a instalação de mais uma Vara Criminal, no Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de

Justiça, encarecendo a criação de Comarca de São Pedro do Ivaí. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um posto de saúde no Jardim Independência, no Município de Sarandi. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo calçamento nas margens de todos os estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação, onde se fizeram necessárias, no Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo para que instituam a desapropriação compulsória dos veículos avariados, após noventa dias de permanência nos pátios do DETRAN. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento "Contribuição à Política Urbana", que contém as conclusões do Painel de Estudos, realizados por ocasião das comemorações dos 291 anos de fundação de Curitiba, e por iniciativa do Diretório Regional do PDS. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação de um poço semi-artesiano, no Distrito de Alto São João, Município de Roncador. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um posto de saúde, no Distrito de Salles de Oliveira, Município de Campina da Lagoa. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, encarecendo esclarecimento a respeito das Autarquias de Trânsito e o espaço profissional da classe dos despachantes. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de duas celas no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. **Encerrada a discussão.**

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o que nos parece é que não existe número suficiente nem para continuar esta sessão. Portanto, solicito que Vossa Excelência que faça a devida verificação, para que verifique se há "quorum" para que esta sessão continue.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Nove Senhores Deputados responderam a chamada.
Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra Extraordinária para logo após, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TERRA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 10ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados, José Antônio Fonseca, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Eduardo Baggio e Leônidas Chaves, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder à instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência, na forma regimental, de acordo com o artigo 40, parágrafo único, do Regimento Interno, o Senhor Deputado Leônidas Chaves. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados José Antônio Fonseca e Orlando Pessuti, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleito, o Senhor Deputado José Antônio Fonseca, agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que esta Comissão se reunirá de acordo com o que diz o Regimento Interno desta Casa, indica a funcionária Angelina Garcia Pacheco, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, 5 de abril de 1984.

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
Presidente

ANGELINA GARCIA PACHECO
Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às dezesseis horas e quinze minutos, após a sessão plenária, reuniu-se na Sala das Comissões os Senhores Deputados Augusto Carneiro, Djalma de Almeida César, Dirceu Manfrinato e Ezequias Losso, Membros efetivos da Comissão Especial de Reforma à Constituição, com o fim específico de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da citada Comissão. Havendo número legal, e de acordo com o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, assumiu a direção dos trabalhos, o Senhor Deputado Augusto Carneiro, dando por instalada a Comissão. A seguir, realizou-se a eleição; verificada a votação constatou-se a unanimidade dos votos para os Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Augusto Carneiro, para a Presidência e Vice-Presidência, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, agradeceu aos seus nobres Pares pela deferência toda especial e confiança nele depositada, para dirigir esta Comissão Especial. Na oportunidade, colocou-se à disposição dos presentes para qualquer indagação e esclarecimento sobre o funcionamento desta Comissão. Como

ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente propôs o nome do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, para atuar como Relator Geral. Proposta aceita pela maioria. Sendo o que constava da Pauta, e nada mais havendo a tratar, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi distribuído ao Senhor Relator Geral, as Proposições n.ºs 137/83 e 142/83, de autoria do Poder Executivo e Deputado Orlando Pessuti, respectivamente. Presseguindo, o Senhor Presidente disse aos presentes que as reuniões da Comissão serão realizadas através de convocação, de acordo com o Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, mandada à publicação, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO DIRCEU MANFRINATO
Presidente

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril, do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. Tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 101/83, 102/83, 105/83, 106/83, 107/83, 108/83 e 109/83, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEPUTADO ACIR MEZZADRI
Vice-Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
Secretário

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1984.

(QUINTA-FEIRA)

A Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Francisco Escorsin.

As dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacii, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto

Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco. Quiêlse Crisóstomo. Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França. Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está em votação a ata que acaba de ser lida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

16 Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Ordinária para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - Dos Projetos de Lei n.ºs 226/83; 228/83; 238/83; 239/83; 242/83 e 253/83.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 61/84.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, para a luta pelo direito da terra. Sob a Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Dirceu Manfrinato, Paulo Furiatti e Nilso Sguarezi. A presente reunião conta com a presença do Senhor Diney Dias de Almeida, Assistente Coordenador do INCRA; José Guilherme Cavagnari, Coordenador Regional do INCRA; Senhor Antenor Beni, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná; Senhor Jurandir Alves Leal da Associação de Bairros de Jardim Osasco-Colombo; Senhor Maurício Alpendre Daher, Diretor do Instituto de Terras e Cartografia; Senhor Gilberto Carvalho do Comitê de Apoio aos Sem-Terra de Curitiba; Senhor Aristiliano Alves dos Santos da Associação de Bairros Santa Helena; Dr. Carlos Antônio Ferraro Biasi, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; Senhor Gualberto Célio Pinto, representante da ETEPLA; Senhor Wagner

Rocha D Angelis, da Comissão de Justiça do Paraná; Vilmar Tramontim, do Comitê de Apoio aos Sem-Terra do Paraná; Senhor Dari Klein, da Pastoral Operária; Senhor Valdo Rocha, da Comissão de Justiça e Paz; Dr. Marcelo Jugend, da Ordem dos Advogados do Brasil; João Dias, Presidente do Mastro; Senhor ex-Deputado Silvino Lopes e o Padre Estanislau Belinoski, da Pastoral da Terra, e os demais presentes. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, passando a palavra ao Dr. João Bonifácio Cabral, representante do ITC, que discorreu sobre como conseguir resultado para a situação da terra no Paraná; em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Dr. José Guilherme, Coordenador do INCRA, que discorreu sobre a documentação de terras e falou sobre a função principal do INCRA, que é a regularização fundiária. Fizeram uso da palavra os Senhores Wagner D'Angelis, Antenor Beni, Dr. Marcelo Jugend, Senhor Gilberto Carvalho, Dr. Carlos Biasi, Senhor João Dias, Senhor Jurandir Alves Leal, ex-Deputado Silvino Lopes e o Senhor Maurício Daher. Os debates da presente reunião, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. O Senhor Presidente para encerrar afirmou que todos os debates da reunião serão de grande utilidade para a Assembléia Legislativa e agradeceu a todos em nome da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Angelina Garcia Pacheco, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

CAÍTO QUINTANA

Presidente da Comissão

ANGELINA GARCIA PACHECO

Secretária da Comissão

COMISSÃO DE AGRICULTURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 10ª LEGISLATURA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala de Reuniões, sob a Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, contando com a presença dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Augusto Carneiro e Eduardo Baggio. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia. Foi aprovado o Projeto de Lei n.º 249/83 - Mensagem Governamental n.º 169 - de autoria do Poder Executivo - Encaminhando anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias ICM - (Lei n.º 6364 de 29/12/72), e dá outras providências. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável - aprovado - voto vencido do Senhor Deputado Augusto Carneiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar, eu, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

DEPUTADO ORLANDO PESSUTI

Presidente

MARLENE COUTO DE CRISTO

Secretária